

VARIAÇÃO E PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Sandro Bochenek¹
Selma França Rodrigues²

BOCHENEK, S.; RODRIGUES, S. F. Variação e preconceito linguístico. **EDUCERE** - Revista da Educação, Umuarama, v. 11, n. 2, p. 161-178, jul./dez. 2011.

RESUMO: Este artigo, por intermédio de pesquisa bibliográfica, discute como se dá o fenômeno da variação linguística nas relações humanas. Para tanto, recorre-se aos teóricos Labov, Lucchesi, Monteiro e Bagno – idealizadores da Sociolinguística – os quais discordam, em parte, do estruturalismo. Estes autores discutem a questão da variação linguística e explicam como ocorre esse fenômeno e, desta forma, reprovam o preconceito linguístico por entenderem que este vai além da linguagem e está relacionado a fatores socioeconômicos do falante.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística. Preconceito Linguístico. Legislação Educacional.

LANGUAGE VARIATION AND PREJUDICE

ABSTRACT: This article, through literature, discusses how the phenomenon of language variation is built. To this end, we resort to the theoretical experts Labov, Lucchesi, Monteiro and Bagno - creators of Sociolinguistics - who disagree, in part, of structuralism. These authors discuss the issue of language variation and explain how this phenomenon occurs and, therefore, disapprove of linguistic prejudice because they understand that this goes beyond language and is related to socioeconomic factors of the speaker.

KEYWORDS: Linguistic Variation. Language Prejudice.

¹Bacharel em Letras pela UNIPAN – União Pan-Americana de Ensino; Especialista em Língua Portuguesa pela UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Mestre em Educação pela UNESP – Universidade Estadual Paulista; aluno especial do curso de doutorado em Letras Dinter pela UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UFBA – Universidade Federal da Bahia. Endereço para correspondência: Rua Bartolomeu de Gusmão, 989 – Pacaembu, Cascavel – PR, CEP: 85.816-580. sandro@marilia.unesp.br andro@marilia.unesp.br

²Mestre em Letras – UEL; SEED/CASCAVEL profaselma10@gmail.com

VARIACIÓN Y PREJUICIO LINGÜÍSTICO

RESUMEN: Este artículo, por medio de investigación bibliográfica, discute como se da el fenómeno de la variación lingüística en las relaciones humanas. Para tanto, se recurre a los teóricos Labov, Lucchesi, Monteiro y Bagno – idealizadores de la Sociolingüística – los cuales diferencian, en parte, del estructuralismo. Estos autores discuten la cuestión de la variación lingüística y explican como ocurre ese fenómeno y, de esta forma, prueban el prejuicio lingüístico porque entienden que esto va más allá del lenguaje y está relacionado a factores socioeconómicos del hablante. **PALABRAS CLAVE:** Variación Lingüística. Prejuicio Lingüístico. Legislación Educacional.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende discutir as relações acerca de como o preconceito linguístico ocorre, no seio da atual sociedade contemporânea, e também refletir sobre o conceito de variação linguística em termos sociais. Esta pesquisa se caracteriza metodologicamente como pesquisa bibliográfica.

A variação linguística é um fenômeno presente e ocorre em direções diversas. Pode-se afirmar que a observação de ‘todos’ os fenômenos que afetam a identidade linguística de uma realidade complexa como a brasileira é impossível de ser descrita. O ponto de partida para a observação do fenômeno da variação é a definição do tipo de fenômeno que será observado, o qual poderá ser de ordem estrutural, implicando determinados tipos de construções gramaticais; ou de ordem social, que envolvem fenômenos externos mais difíceis de serem descritos.

Ao reconhecer o fenômeno da variação, a sociolingüística propõe não apenas um rompimento com o estruturalismo, mas uma evolução em termos de observação, análise e descrição das muitas possibilidades do complexo sistema de comunicação e interação social definido como “língua”. A reflexão acerca de alguns desses pontos será a seguir realizada.

VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA

Os estudos linguísticos ganharam novo fôlego com a sociolin-

guística – iniciada por William Labov a partir dos anos 60 – rompendo com os paradigmas propostos pelo estruturalismo que desconhecia enquanto normais e possíveis questões relativas à variação linguística e à heterogeneidade do sistema, sendo estas variações vistas como algo maligno que deveria funcionar de acordo com as regras linguísticas rígidas, homogêneas.

“Era preciso considerar a variação como parte integrante do sistema lingüístico para que ela constituísse objeto da análise lingüística sistemática; rompendo, assim, com a visão estruturalista de que o sistema lingüístico seria o domínio da invariância” (LUCCHESI, 2004b, p. 166).

A língua, assim como a sociedade, não é e não poderia ser homogênea e, neste sentido, a sociolinguística surge no contexto dos estudos observando a bem como a descrição de fenômenos das mudanças linguísticas na sociedade e a influência destas [mudanças] em contextos específicos, objetivando a explicação de determinados fenômenos de variação e mudança em contextos sociais também específicos.

O objeto de estudo da sociolinguística, por analisar conjuntamente aspectos linguísticos e sociais, se aproxima de outras áreas do saber. Dessa forma, Monteiro (2000) esclarece a diferença entre os objetos de estudo da sociolinguística e da sociologia da linguagem, de modo a evitar confusão metodológica entre ambas:

[...] a sociolinguística analisa os aspectos sociais com o intuito de compreender melhor a estrutura das línguas e seu funcionamento. Por sua vez, a sociologia da linguagem busca alcançar um melhor entendimento da estrutura social através do estudo da linguagem. A diferença, em última análise, é uma questão de ênfase, conforme o pesquisador esteja mais interessado pela linguagem ou pela sociedade (MONTEIRO, 2000, p. 28).

Observa-se que os moldes de estudos linguísticos difundidos e praticados nas escolas brasileiras, avalizados por alguns pesquisadores “canônicos” e pelos meios de comunicação de massa, desautorizam questões relativas às inúmeras variações linguísticas no âmbito social e difundem um molde linguístico como “correto” e como modelo ideal a ser alcançado, sendo frequentemente prescrito o sugerido pela gramática normativa tradicional. Para Lucchesi (2004a, p. 63); “À heterogeneidade real do comportamento linguístico dos indivíduos contrapõe-se a homogeneidade artificial do padrão normativo ideal”.

Todavia, esse ideal linguístico a ser alcançado deixa de lado a questão da pluralidade que, por várias razões, se mostra complexa de ser precisamente descrita. Pode-se afirmar que, hoje, existe uma imensurável quantidade de ‘línguas’ coexistindo no Brasil, variando em função de faixa etária, questões geográficas, escolaridade, classes sociais, entre outras e, por esta razão, nenhum estudo linguístico daria conta de descrever TODOS os fenômenos que afetam a língua em todos esses contextos. Neste sentido, o método tradicional de ensino, pautado na gramática normativa como modelo, sugere que se conduza o aluno ao domínio de uma norma linguística tida como a única, a correta e a desejável de ser alcançada, desprezando todo o repertório linguístico do aluno considerado como errado, feio e inadequado.

Faz-se pertinente resgatar, entretanto, os conceitos de norma elucidados por Lucchesi (2004a), no sentido de demonstrar que mesmo quando se propõe que os estudos linguísticos devem seguir um percurso relativo a uma normatização da utilização de um padrão linguístico, é necessário definir as diferentes possibilidades metodológicas relativas ao que se entende por norma, pois mesmo esta possui variações interpretativas e metodológicas diferentes:

[...] NORMA OBJETIVA e NORMA SUBJETIVA; aquela relativa a padrões observáveis na atividade linguística de um grupo determinado, esta relativa a um sistema de valores que norteia o julgamento subjetivo do desempenho linguístico dos falantes dentro de uma comunidade.

[...] NORMA PADRÃO e NORMA CULTA; a primeira reuniria as formas contidas e prescritas pelas gramáticas normativas enquanto a segunda conteria as formas efetivamente apreendidas da fala dos segmentos plenamente escolarizados, ou seja, dos falantes com curso superior completo. LUCCHESI (2004a, p. 64).

Analisando-se separadamente cada um dos conceitos apresentados por Lucchesi (2004a), facilita-se a tarefa de entender quais caminhos a análise da variação linguística pode trilhar, o que auxilia no desenho de um panorama da vasta heterogeneidade linguística e também das diversas forças que interagem, ao mesmo tempo, num sistema linguístico complexo como o brasileiro. Neste sentido, a distinção entre norma objetiva e subjetiva se mostra oportuna no sentido de guiar a análise de observação para padrões que podem ser demonstrados e efetivamente descritos ou

para padrões de julgamento subjetivos realizados por falantes de um determinado grupo de uma comunidade de fala. Nota-se, ainda, que permeada por tal distinção, uma pesquisa linguística poderia descrever os inúmeros padrões linguísticos observáveis e contrapô-los às atitudes e aos julgamentos subjetivos dos falantes. Já a distinção proposta entre norma padrão e culta é mais fácil de ser entendida – pelo menos conceitualmente – sendo aquela relativa aos padrões descritos pelas gramáticas normativas e esta relativa ao modelo próximo da língua falada por pessoas plenamente escolarizadas, “cultas”.

Frente a tais distinções, observa-se que são possíveis vários tipos de análises linguísticas de um mesmo corpus, além de também serem variadas as possibilidades de coletas de material para análise linguística, cada qual possibilitando a observação de um determinado fenômeno linguístico.

No sentido de nortear as discussões acerca do objetivo dos estudos linguísticos, Labov (2008) equaciona cinco perguntas centrais da evolução linguística as quais são objetivos maiores da sociolinguística respondê-las, conforme abaixo descritas:

1. Existe uma direção geral para evolução linguística?
2. Quais são os condicionantes universais da mudança linguística?
3. Quais as causas do surgimento contínuo de novas mudanças linguísticas?
4. Por meio de que mecanismos as mudanças ocorrem?
5. Existe uma função adaptativa na evolução linguística? (LABOV, 2008, p. 192).

Labov (2008) aponta três problemas da variação linguística – problema da transição, do encaixamento e da avaliação –, os quais são capazes de auxiliar na busca às respostas das perguntas acima propostas.

O problema da transição consiste na observação e na descrição de como se opera uma mudança linguística a partir de um estágio anteriormente observado, ou seja, a análise da variação é descrita de um ponto inicial de origem do fenômeno até outro em que o estágio da mudança já se mostra visível ou totalmente concluído.

O problema do encaixamento visa descrever o fenômeno da variação linguística tendo como ponto de partida a observação desta nos sistemas linguísticos e sociais (não linguísticos). Neste sentido, o objetivo da análise variacionista se concentra na observação dos fenômenos lin-

guísticos e no reflexo dessas mudanças em termos sociais. Estudos relativos ao preconceito linguístico podem ser acomodados nesta modalidade.

O problema da avaliação procura refletir questões concernentes às relações subjetivas inconscientes, aos valores da própria variável linguística e ao papel do falante no processo de mudança e o quão este [o falante] está ou não consciente do processo de mudança linguística.

No que se refere à seleção do corpus para análise da variação linguística em curso, são possíveis a observação de duas modalidades de tempo diferentes, a saber: o tempo real e o tempo aparente (LABOV, 2008). Tempo aparente consiste na observação de corpus coletados de duas gerações (ou mais) da mesma comunidade de fala. A seleção de informantes na sociolinguística praticada desta forma possibilita a observação imediata do fenômeno da variação, bem como a constatação ou não de uma variação linguística em curso que poderá ocorrer por razões diversas. A variação em tempo real consiste na coleta de dados em determinado momento e exige do pesquisador que este retorne futuramente em momento predeterminado, objetivando novamente a coleta de dados para a observação e a descrição do fenômeno da variação. O método da coleta de dados nesta modalidade pode ser considerado pouco adequado para a observação dos fenômenos da variação, pois requer maior quantidade de custos envolvidos no processo de observação.

Vale ressaltar que a grande mobilidade social – decorrente, em grande parte, do crescimento das cidades e do êxodo rural em ascensão – poderá alterar de maneira muito significativa a comunidade de fala observada, de modo a invalidar por completo a pesquisa realizada, caso esta se prolongue muito no eixo temporal. Além disso, o fenômeno observado também poderá se prolongar por tempo indeterminado ou até desaparecer, tendo em vista que muitas são as forças que interagem no aparelho linguístico ao mesmo tempo, sem que haja a possibilidade de se afirmar com segurança que determinado fenômeno observado terá a conclusão esperada ao término da pesquisa.

A variação linguística observada por Labov (apud MONTEIRO, 2000) revela o que pretende demonstrar a sociolinguística: que existem, assim como nas comunidades complexas (reais), regras variáveis e invariáveis exercendo forças no sistema linguístico e que estas regras são passíveis de serem observadas e precisamente descritas. Desse modo, a

variação linguística representa, também, variações sociais e relações de poder entre grupos sociais distintos, portanto:

[...] cada vez mais se aceita a idéia de que a heterogeneidade linguística reflete a variabilidade social e as diferenças no uso das variantes linguísticas correspondem às diversidades dos grupos sociais e à sensibilidade que eles mantêm em termos de uma ou mais normas de prestígio. (MONTEIRO, 2000, p. 58).

O sistema linguístico possui regras variantes e invariantes que operam forças da seguinte maneira: as regras invariantes consistem em moldes imutáveis dentro de um sistema linguístico complexo, impossibilitando que determinados elementos sejam invertidos, o que pode até, em muitos casos, impedir a comunicação. Construções realizadas com inversão de elementos invariantes da língua geralmente são produzidas por estrangeiros que estão aprendendo uma nova língua e acabam por aplicar regras da língua materna como se regras fossem equivalentes. Todavia, construções agramaticais dificilmente serão produzidas por falantes maternos de uma determinada língua,

Todo sistema linguístico é dotado, pois, de um conjunto de regras que não podem ser infringidas, sob pena de dificultar ou mesmo inviabilizar a compreensão dos enunciados. A esse conjunto de leis internas se costuma dar o nome de invariante.

Mas, além das regras categóricas ou invariantes, existem e, sem dúvida em maior abundância, as regras variáveis. Aplicam-se sempre quando duas ou mais formas estão em concorrência num mesmo contexto e a escolha de uma depende de uma série de fatores, tanto de ordem interna ou estrutural como de ordem externa ou social. [grifos do autor]. (MONTEIRO, 2000, p. 58).

As regras variantes da língua são mais complexas de serem analisadas e consistem naquelas que podem mudar para atender a um fim comunicativo específico, em razão do desejo do falante ou em razão de 'competência' para fazê-las. Essas regras, conforme será descrito a seguir, podem coexistir ou se apresentar em concorrência umas com as outras e a escolha realizada [pelo falante] dependerá de uma série de fatores tanto de ordem interna (estrutural) quanto externa (social).

Com objetivo de atender a uma necessidade comunicativa específica, o falante tem à disposição na língua uma infinidade de variedades possíveis e poderá optar por uma delas para atender a um fim específico.

Obviamente, a opção realizada por uma ou outra variedade linguística esbarra numa série de outros fatores que estão correlacionados como, por exemplo, questões sociais e de competência comunicativa, os quais serão descritos a seguir. No sentido de ilustrar o que aqui se pretende demonstrar, pode-se citar uma variante linguística utilizada informalmente por um indivíduo qualquer numa conversa de bar e a variante utilizada formalmente por esse mesmo indivíduo durante uma palestra: neste sentido, o indivíduo opta por um determinado estilo linguístico para atender a uma necessidade comunicativa específica.

Todavia, nem sempre o indivíduo dispõe dessa ‘opção’ por utilizar um determinado registro linguístico. Nesse caso, a opção é condicionada por uma questão de competência em realizar determinadas construções, disponíveis no repertório do indivíduo. Essa questão esbarra em temas sociais complexos que variam de acordo com escolaridade, condição econômico-financeira, papel social, profissão, faixa etária, sexo, religião, local de residência (geograficamente), enfim uma série de forças interagindo ao mesmo tempo e também variando de acordo com as intenções comunicativas do falante. Justamente isolando algumas dessas variantes que a sociolinguística procura observar o fenômeno da mudança e da variação linguística, buscando no meio social (real) a explicação lógica para determinados fenômenos.

O fenômeno da variação linguística em termos sociais esbarra ainda, fortemente em questões relativas ao preconceito linguístico (que será demonstrado adiante) e ao jogo de poder e domínio de classes sociais altas (dominantes) sobre as classes sociais mais baixas (dominadas).

[...] o problema é, por um lado, de compreensão de mensagens e conteúdos e, por outro lado, de produção de mensagens. A começar do nível mais elementar de relações com o poder, a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder. Para redigir um documento qualquer de algum valor jurídico é realmente necessário não somente conhecer a língua e saber redigir frases inteligíveis, mas conhecer também toda uma fraseologia complexa e arcaizante que é de praxe (GNERRE, 2003, p. 22).

Esse aspecto de análise da variação linguística se mostra relativamente complexo de ser realizado por possibilitar a combinação de diversas áreas do saber: como discutir preconceito linguístico e lutas de classes sociais – mesmo exercido por meio da língua – sem falar em po-

lítica, história, antropologia, sociologia, entre outras? Nessa perspectiva, acredita-se que a sociolinguística é capaz de descrever apenas uma pequena parte no que tange a questões de tamanha complexidade.

As variações estruturais da língua, observadas e descritas pela sociolinguística, visam explicar fenômenos observados na adesão social de determinadas variantes, como por exemplo, de “a gente” no lugar da primeira pessoa do plural; ou ainda, do emprego do pronome “mim” exercendo a função de sujeito antes de verbo no infinitivo. O primeiro é uma construção realizada inclusive em discursos de pessoas cultas (escolarizadas), embora ainda seja pouco observada na escrita.

A sociolinguística aponta para a estigmatização inicial de construções inovadoras na língua, a qual geralmente desaparece na medida em que o uso desta nova construção substitui a construção anterior que ganha o status de arcaica. A esse respeito Monteiro (2000, p. 65) aponta que, “Em geral, quando se trata do dialeto padrão, a primeira [forma conservadora] é a que goza de maior prestígio na comunidade, a inovadora, até ser aceita, sofre alguma restrição ou estigma”. Em relação ao segundo fenômeno, estudos mostram que este pode ser observado com maior frequência, tanto na fala quanto na escrita, inclusive de pessoas cultas (escolarizadas). Embora haja necessidade de maiores estudos que venham a comprovar a tese, já é possível sinalizar que o emprego de “mim” em lugar de sujeito antes de verbo no infinitivo representa uma mudança estrutural na língua portuguesa a caminho de ser concluída.

O que se pretende aqui, entretanto, é demonstrar que alguns dos aspectos relativos à variação são fenômenos perfeitamente observáveis nos meios sociais mais e menos cultos e representam características linguísticas que sofreram um processo de variação já totalmente concluído e, possivelmente, representaram em outros tempos motivo de estigmas sociais. Em outros casos, os registros linguísticos hoje utilizados por alguns grupos sociais, embora sejam perfeitamente compreensíveis por pessoas de camadas sociais mais elevadas, talvez jamais atinjam status de registros linguísticos socialmente aceitos, pois, embora sejam capazes de estabelecer comunicação com clareza, representaram, antes, grupos sociais específicos e socialmente discriminados.

Segundo os princípios democráticos, nenhuma discriminação dos indivíduos tem razão de ser, com base em critérios de raça, religião, credo político. A única

brecha deixada aberta para a discriminação é aquela que se baseia nos critérios da linguagem e da educação. (GNERRE, 2003, p. 25).

Neste sentido, verifica-se que o que se define por preconceito linguístico é, em sua gênese, pura e simplesmente preconceito social.

PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Todas as manifestações de preconceito revelam o lado perverso do ser humano por excluir aquele que se apresenta de maneira diferente em relação ao grupo instituído – pelo menos por ora – como o detentor da aura de ‘correto’. Nesta ação que envolve pessoas, conseqüentemente uma ação política, fica sacramentada uma ruptura social: de um lado estão os aceites e, do outro, os marcados pelo estigma da imperfeição. O processo assume níveis tão cruéis que, num outro momento, o discriminado pode perfeitamente passar a excluir aquele que o rechaçava. Nesta dança das posições sempre serão eliminados aqueles que menos possuem condições financeiras para impor-se socialmente.

Com a linguagem também ocorrerá um processo parecido, isto porque há uma confusão entre falar a língua conforme as regras da gramática padrão e utilizar a gramática do “cotidiano”, aquilo que Mário Perini (2005) em “Sofrendo a gramática”, intitula como conhecimento implícito (aquele que o falante tem incorporado ao usar a língua materna não necessitando dos conceitos teóricos para realizar sua comunicação) e conhecimento explícito (aquele que advém dos estudos minuciosos do funcionamento da gramática, e se não for de domínio do falante não o impedirá de transmitir suas opiniões).

As duas línguas do Brasil têm cada uma seu domínio próprio e, na prática, não interferem uma na outra. O vernáculo se usa em geral na fala informal e em certos textos escritos, como em peças de teatro, onde o realismo é importante; já o português é usado na escrita formal, e só se fala mesmo em situações engravatadas como discursos de formatura ou de posse em cargos públicos. (PERINI, 2005, p. 37).

A crença numa única língua falada pela sociedade gera a impressão de que, no país, ela serve de elemento agregador da diversidade socio-

cultural, mas concentrar-se na homogeneidade linguística do brasileiro, achando que isto vá fortalecer as relações sociais, reverte-se numa atitude de discriminação, pois se há uma língua oral homogênea, então, aqueles que utilizam uma variante não padrão transformam-se em contraventores, deficitários ou subversivos. E estes que apresentam tais características não estão habilitados a opinarem nem a exercitarem sua forma de pensar na relação com o outro.

Assim, do mesmo modo que os sem teto não têm um referencial de espaço, ou seja, estão desprovidos de endereço, os usuários de certas variantes não padrão estão inaptos a fazer valer sua palavra, porque, conforme Tânia Alkmim (2006, p. 42), no artigo Sociolinguística I: “[...] julgamos não a fala, mas o falante, e o fazemos em função de sua inserção na estrutura social”. Esta atitude é tão cruel quanto antiga, e uma das provas está em Eclesiástico 13, versículos 28 e 29 (BÍBLIA SAGRADA, 1994, p. 880): “Se fala o rico, todos se calam, e glorificam suas palavras até as nuvens; se fala um pobre, dizem ‘Quem é este homem?’”. Está, então, sedimentado que a palavra do pobre deve ser questionada, quando não silenciada. Já aquele que possui as condições materiais terá o direito de proferir suas ideias e, caso elas estejam desconexas, então pagará alguém para fazê-lo. Isto pode ser exemplificado no momento em que um rico tem um problema jurídico, mesmo não dominando a linguagem das leis pagará um advogado que o livre daquela situação. Portanto, de uma maneira ou de outra, a noção de falar “errado” tende a ser dirimida uma vez que o falante possua status social.

Outro aspecto devastador da crença em uma única língua no Brasil está no fato de que se todos falam da mesma maneira, não há necessidade de discuti-la, portanto, é obrigação dos brasileiros adaptarem-se à maneira “correta”. Esta atitude revela que fica impedida qualquer possibilidade de discussão sobre o alto grau de diversidade linguística existente em nosso meio. Resta aos milhões de usuários da variedade do português não padrão o sentimento de inferioridade que os atrapalha no convívio social.

Neste ponto, é possível perceber que a estrutura escolar assume uma atitude de exclusão, tendo em vista que sequer traz o debate sobre a heterogeneidade linguística, mesmo porque o reconhecimento da língua como heterogênea e o consequente foco na diversidade linguística exige

uma mudança de postura quanto aos valores sociais privilegiados. E para agravar este fato, no Brasil há uma tradição muito forte em impor a gramática como norteadora dos métodos de ensino da língua. Isto ratifica o afastamento da discussão de outros falares no ambiente escolar.

O reconhecimento da existência de muitas normas lingüísticas diferentes é fundamental para que o ensino em nossas escolas seja conseqüente com o fato comprovado de que a norma lingüística ensinada em sala de aula é, em muitas situações, uma verdadeira 'língua estrangeira' (BAGNO, 2006, p. 19).

Não se discute aqui o abandono das regras, uma vez que a sociedade precisa delas para sustentar-se. No entanto, privar o sujeito de conhecer as diversas variedades lingüísticas, possibilitando-o de usar a norma padrão em momentos cruciais de sua vida, impedirá o desenvolvimento de sua capacidade de percepção da realidade.

Como é possível aceitar a grandiosidade territorial do Brasil, vangloriar-se dos 170 milhões de brasileiros, fazendo disso uma bandeira de promoção frente aos outros países, se não admitimos as variantes lingüísticas que orientam a fala do povo? Então, mesmo tendo dimensões (territorial e populacional) superiores a Portugal, por exemplo, ainda assim muitos acreditam que a fala dos nossos descobridores é melhor que a nossa: “[...] o que acontece é que nosso português é diferente do português falado em Portugal” (BAGNO, 2006, p. 23). A diversidade lingüística é um elemento que faz parte da cultura brasileira e deveria ser admirado por isso, entretanto, tem efeito contrário já que muitos consideram o português de Portugal uma língua melhor que a língua do Brasil.

O brasileiro sabe seu português, o português do Brasil, que é a língua materna de todos os que nascem e vivem aqui, enquanto os portugueses sabem o português deles. Nenhum dos dois é mais certo ou mais errado, mais feio ou mais bonito: são apenas diferentes um do outro e atendem às necessidades lingüísticas das comunidades que os usam (BAGNO, 2006, p. 32).

A língua está envolta em uma função simbólica própria a cada grupo que a emprega. Portanto, serve aos interesses da coesão social. A escola mantenedora da norma culta traça o perfil do falante e a atitude dele em determinadas situações, contudo, não se compromete com o papel de trazer à tona discussões da variedade não padrão e isto fortalece o

menosprezo daqueles que falam de maneira diferente, de tal forma que, por diversas vezes, alunos desistem dos estudos por causa da atitude impositiva e discriminatória do ambiente escolar. Escola e sociedade devem afinar seus discursos, mesmo porque, pertencem à mesma diversidade complexa.

Para que escola e sociedade consigam o afinamento necessário, é importante o professor, particularmente o de português, ter bem claro a multiplicidade da constituição da língua e dos fatores políticos, sociais e ideológicos que envolvem este contexto.

Na afirmativa de que o português é difícil fica explícita a manutenção das classes sociais, isto porque, está nas mãos das classes economicamente abastadas o acesso à cultura, em virtude do dinheiro para comprar e pagar os bens culturais. Ser cidadão subentende, acima de tudo, que sua voz tenha efeito nos momentos de fazê-la valer como, por exemplo, exigir a diminuição da corrupção instituída no país. Agora, se o modo de falar de milhões de brasileiros sofre o apagamento pelo véu do preconceito, então será difícil pensar em democracia num país de refugiados linguísticos.

[...] se formos acreditar no mito da língua única, existem milhões de pessoas neste país que não têm acesso a essa língua, que é a norma literária, culta, empregada pelos escritores e jornalistas, pelas instituições oficiais, pelos órgãos do poder – são os sem-língua. (BAGNO, 2006, p. 16).

Bagno (2006) destaca que falta ao Brasil uma política linguística séria para amenizar as superstições e os mitos da língua portuguesa. O autor insiste que as políticas existentes sobre este assunto falham em virtude de desconsiderar as variantes e de tentar impor um padrão linguístico para o país, menosprezando as nuances histórico-sociais e a natureza mutável da língua.

Os estudos sociolinguísticos iniciados no Brasil, a partir da década de 60, têm trazido novas interpretações para o fenômeno linguístico e procuram mostrar que o falante porta-se de maneira variada ao relacionar-se em sociedade. Alguns elementos como idade, sexo e local em que se fala, geram comportamentos linguísticos díspares. Então, convencer-se da multiplicidade da língua é ser capaz de ter bom senso.

Nesse contexto, A pesquisa sociolinguística, de Tarallo (2001),

revela-se como um estudo importante para o entendimento dos fenômenos múltiplos da língua. Neste livro, o autor procura interpretar as vivências da fala recorrendo há algumas “células sociais”: grupo socioeconômico, sexo e faixa etária que dimensionam a complexidade oral do brasileiro, sem envolver-se em afirmativas discriminatórias de que se fala melhor o português numa ou noutra região, que é a mulher ou o homem que utiliza com mais propriedade os plurais, etc... O que interessa no estudo de Tarallo (2001) é a verificação imparcial das mudanças linguísticas operadas pelas diferentes camadas sociais, tendo em vista que, “toda variedade linguística atende às necessidades da comunidade de seres humanos que a empregam” (BAGNO, 2006, p. 47).

O preconceito linguístico age sorrateiramente e vai delimitando os espaços do cidadão. Poucos indivíduos têm acesso à educação formal, em consequência, muitos não dominam a variedade culta e, assim, são impedidos de usufruir vários serviços sociais e de entender o mundo que os rodeia em virtude da linguagem utilizada não ser de seu conhecimento. Neste círculo vicioso, é bom lembrar o que Gnerre (2003, p. 4) aduz: “Uma variedade lingüística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais”. Incluir aqueles que sofrem preconceito linguístico por meio da melhoria da educação e do entendimento da língua como algo mutável torna-se um ato de democratização dos direitos sociais.

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Verifica-se que há atualmente no Brasil um esforço no sentido promover reflexões acerca da diversidade linguística e também de recomendar a elaboração de um ensino com respeito às diferentes formas de expressão:

O processo de ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa deve basear-se em propostas interativas língua/linguagem, consideradas em um processo discursivo de construção do pensamento simbólico constitutivo de cada aluno em particular e da sociedade em geral.

Essa concepção destaca a natureza social e interativa da linguagem, em contraposição às concepções tradicionais, deslocadas do uso social. O trabalho do professor centra-se no objetivo de desenvolvimento e sistematização da linguagem

interiorizada pelo aluno, incentivando a verbalização da mesma e o domínio de outras utilizadas em diferentes esferas sociais. (BRASIL, 1999, p. 139).

Outro objetivo proposto pelos PCNEM – Parâmetros Curriculares Para o Ensino Médio à escola, é que esta sirva de instituição capaz de promover as mais diferentes competências para um exercício pleno de cidadania e, também, para o desempenho efetivo nas atividades profissionais.

Um outro dado a considerar diz respeito à necessidade do desenvolvimento das competências básicas tanto para o exercício da cidadania quanto para o desempenho de atividades profissionais. A garantia de que todos desenvolvam e ampliem suas capacidades é indispensável para se combater a dualização da sociedade, que gera desigualdades cada vez maiores. [...]. Estas são competências que devem estar presentes na esfera social, cultural, nas atividades políticas e sociais como um todo, e que são condições para o exercício da cidadania num contexto democrático (BRASIL, 1999, p. 23).

A pertinência bem como a urgência de estudos de variação devem-se ao fato de analisar e descrever não apenas fenômenos de ocorrências na estrutura da língua, mas também observar esses fenômenos numa escala social. Há, ainda, recomendação na própria legislação educacional orientando para que as práticas de ensino promovam – no que for possível promover – o domínio por parte do aluno de mecanismos linguísticos capazes de identificar diferentes modos de linguagem, em especial, aquelas que buscam mais enganar do que comunicar.

Deve-se compreender o texto que nem sempre se mostra, mascarado pelas estratégias discursivas e recursos utilizados para se dizer uma coisa que procura “enganar” o interlocutor ou subjugá-lo. Com, pela e na linguagem as sociedades se constroem e se destroem. É com a língua que as significações da vida assumem formas de poesia ou da fala cotidiana nossa de cada dia.

Dirão muitos que esse não é trabalho só para o professor de Português. Sem dúvida, esse é um trabalho de todas as disciplinas, mas pode ser a Língua Portuguesa o carro-chefe de tais discussões. A interdisciplinaridade pode começar por aí e, conseqüentemente, a construção e o reconhecimento da intertextualidade (BRASIL, 1999, p. 140).

Conforme aponta Bakhtin (1995), por meio da língua são exercidas relações de dominação e poder ideológicos. Então, falar de variação

envolve uma complexa interação de forças extralinguísticas por vezes opostas.

[...] A comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder etc. [...] Todo signo é ideológico; a ideologia é um reflexo das estruturas sociais; assim, toda modificação da ideologia encadeia uma modificação da língua. [...] A variação é inerente à língua e reflete variações sociais; se, efetivamente, a evolução, por um lado, obedece a leis internas (reconstrução analógica, economia), ela é, sobretudo, regida por leis externas, de natureza social (BAKHTIN, 1995, p. 15).

Quando não há interesse em propagar um reconhecimento da variação linguística, promove-se a ideia de uma superioridade (dominante) em relação a uma inferioridade (dominada).

O desenvolvimento dos processos de mudança da língua, que se atualizam na variação estruturada nos padrões coletivos de comportamento linguístico, é decisivamente determinado pelo sistema social de avaliação das variantes linguísticas, que nada mais é do que reflexo das relações de poder que se estabelecem e se legitimam e pela rede de interações verbais que possibilitam a socialização dos indivíduos e a organização social da comunidade. Os juízos de valor acerca da variação linguística não apenas regulam o desempenho verbal dos indivíduos, como definem também as tendências de mudança da língua. (LUCCHESI, 2004a, p. 86).

Acredita-se que a teoria científica da variação linguística encontra razão de ser na possibilidade de propor novas reflexões, buscando a produção de materiais didáticos que possam não apenas facilitar a vida de professores e alunos, mas, além disso, de propor reflexões das múltiplas formas possíveis de variação existente e a necessidade de conhecê-las, respeitá-las e entendê-las, a fim de evitar o domínio físico e ideológico.

Discursos normativos cada vez mais vêm perdendo espaço no campo das discussões, até pela falta de cientificidade a que se propõem – já que é papel fundamental da ciência observar e descrever fenômenos relativos a diversas áreas do conhecimento. Ao emitir juízos de valor frente aos fenômenos linguísticos (caracterizando-os como feios ou bonitos emitidos de acordo com valores extralinguísticos) teorias linguísticas

favoráveis a esta prática perdem qualquer razão, inclusive a de existir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que encontre razão de ser, a ciência busca a observação, a compreensão e a descrição de fenômenos de diversas ordens e com a linguagem não poderia ser diferente; uma vez que teorias modernas têm procurado cada vez mais o distanciamento com a emissão de juízos de valor propostos em outras épocas em termos linguísticos, procurando cada vez mais a ‘descrição’ ao invés da ‘prescrição’ dos fenômenos da linguagem.

Acredita-se que a sociolinguística pode representar uma grande evolução, no sentido de nortear alguns dos caminhos obrigatórios de serem trilhados quando se analisa a questão da variação linguística.

Conforme apresentado ao longo do texto, o fenômeno da variação linguística pode ser dividido de várias maneiras distintas para ser analisado, as quais podem ser de caráter interno ou estrutural ou externo e social, cada qual objetivando unicamente a busca por explicações e descrições do complexo fenômeno da mudança linguística.

Demonstrou-se também que quando não há reconhecimento a diversidade linguística, há conseqüentemente geração do preconceito linguístico e as várias implicações que este promove em termos sociais.

Este artigo procurou, também, elucidar alguns dos caminhos possíveis de serem percorridos nos estudos acerca da variação linguística e, principalmente, propôs reflexões acerca de algumas das mais importantes implicações desse fenômeno no universo social, no qual o reflexo desse fenômeno ganha dimensões extralinguísticas e de fortes reflexos sociais.

REFERÊNCIAS

ALKMIM, M. T. Sociolinguística. In: ANNA, C. B.; MUSSALIM, F. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 21-47.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**. São Paulo: Loyola, 2006.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo:

Hucitec, 1995.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. 92. ed. São Paulo: Ave Maria, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais do ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: M. Fontes, 2003.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.

LUCCHESI, D. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, M. (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2004a. p. 63-92.

_____. **Sistema, mudança e linguagem**. São Paulo: Parábola, 2004b.

MONTEIRO, J. L. **Para compreender Labov**. Petrópolis: Vozes, 2000.

PERINI, M. A. **Sofrendo a gramática**. São Paulo: Ática, 2005.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 2001.

Recebido em / Received on / Recibido en 15/07/2011
Aceito em / Accepted on / Acepto en 29/05/2012